MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 2/2023

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

No lugar do outro

Estamos vivendo uma crise intensa: a das relações humanas. Todos os dias testemunhamos ou protagonizamos, tanto na vida presencial quanto na virtual, comportamentos e atitudes que vão do ódio declarado ou sutil ao desdém em relação ao outro. As relações humanas, sempre tão complexas, exigem, no entanto, delicadeza, atenção e compromisso social. Tem sido difícil manter a saúde mental e a qualidade de vida no contexto atual.

Crianças e adolescentes já dão sinais claros de que têm aprendido muito com nossa dificuldade em conviver com as diferenças e de respeitá-las, de tentar colocar-se no lugar do outro para compreender suas posições e atitudes; de ter compaixão; de conflitar em vez de confrontar, de agir com doçura, por exemplo. Conseguir fazer isso é ter empatia com o outro.

Pais e professores têm reclamado de comportamentos provocativos desrespeitosos, desafiadores e desobedientes dos mais novos. Entretanto, se pudéssemos nos dedicar por alguns momentos à auto-observação, constataríamos essas características também em nós, adultos.

Mas são os mais novos que levam a pior nessa história: Crianças e adolescentes que desobedecem, desafiam e têm comportamentos considerados agressivos, como os nossos, podem receber diagnósticos e orientação para tratamento. Conheço famílias com filhos diagnosticados com "Transtorno Desafiador Opositivo", porque têm comportamentos típicos da idade. Há uma grande preocupação global com a nossa atual falta de empatia. Um sinal disso foi a inauguração, em Londres, do primeiro Museu da Empatia.

Nele, os visitantes são convocados a experimentar/enxergar o mundo pelo olhar de um outro – não próximo ou conhecido, mas um outro com quem eles não têm qualquer relação. A expressão que deu sentido ao museu é a expressão inglesa "*in your shoes*" (em seus sapatos), que em língua portuguesa significa "em seu lugar". Os visitantes se deparam, na entrada, com uma caixa com diferentes pares de sapatos usados. Escolhem um de seu número para calçar e recebem um áudio que conta uma parte da história da pessoa que foi dona daquele par.

Desenvolver a empatia é uma condição absolutamente necessária para ensiná-la aos mais novos.

Aliás, eles podem tê-la mais facilmente do que nós. Um pai me contou, comovido, que conversava com um amigo a respeito da situação de muitos refugiados de países em guerra e que comentou que não adiantava a busca por outro local, já que a crise de empregos era mundial. Seu filho, de sete anos, que estava por perto, perguntou de imediato: "Pai, se tivesse guerra aqui, você preferiria que eu morresse?". Ele mudou de ideia.

Estacionar o carro em vaga de idosos, grávidas e portadores de deficiência é mais do que contravenção: é falta de empatia. Reclamar da lentidão dos velhos é mais do que desrespeito: é falta de empatia. Agredir ostensivamente o outro por suas posições é mais do que dificuldade em lidar com as diferenças: é falta de empatia. Do mesmo modo, reclamar do comportamento dos mais novos é falta de empatia.

A empatia pode provocar uma grande mudança social, diz *Roman Krznari*, estudioso do tema. Vamos desenvolvê-la para ensiná-la?

(SAYÃO, Rosely. Folha de S. Paulo. Em: 22 de setembro de 2015.)

Questão 01

Analise as afirmativas a seguir, considerando as ideias e informações apresentadas no texto.

I. A aprendizagem por meio do exemplo é apresentada como uma situação real, mas não desejada considerando-se os resultados obtidos no contexto apresentado.

II. Pode-se inferir, a partir da exposição do ponto de vista da autora acerca da dificuldade que envolve a manutenção da saúde mental, que tal situação provoca a negação de uma expectativa desejada.

III. A crise vivenciada pela sociedade a que se refere o texto está inserida no cotidiano de forma pontual, permitindo a promoção de reflexões e ações que impeçam que tal situação seja uma realidade sistemática.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 02

Em "*Estamos vivendo uma crise intensa: a das relações humanas.*" (1º§), acerca da expressão destacada, pode-se afirmar que:

A) O termo "a" classifica-se como pronome pessoal indicando a referência à crise citada anteriormente.
B) Caso a expressão "das relações humanas" fosse substituída por sua variante no singular, o emprego da crase seria obrigatório.
C) Por meio do emprego de uma figura de linguagem, pode-se identificar e reconhecer a supressão de um termo anteriormente expresso.
D) O artigo "a" que compõe a expressão destacada tem como principal função evitar a redundância quanto ao significado da estrutura apresentada.

Questão 03

No texto apresentado, pode-se observar a exposição de posicionamentos cuja subjetividade pode ser reconhecida como uma das características desse tipo textual. Indique, a seguir, o trecho que comprova a afirmativa anterior.

A) "*Há uma grande preocupação global com a nossa atual falta de empatia.*" (4º§)
B) "*As relações humanas, sempre tão complexas, exigem, no entanto, delicadeza, atenção e compromisso social.*" (1º§)
C) "*Pais e professores têm reclamado de comportamentos provocativos desrespeitosos, desafiadores e desobedientes dos mais novos.*" (3º§)
D) "*Crianças e adolescentes que desobedecem, desafiam e têm comportamentos considerados agressivos, como os nossos, podem receber diagnósticos e orientação para tratamento.*" (4º§)

Questão 04

"*Todos os dias testemunhamos ou protagonizamos, tanto na vida presencial quanto na virtual, comportamentos e atitudes que vão do ódio declarado ou sutil ao desdém em relação ao outro.*" (1º§) De acordo com os sentidos produzidos, considerando-se o contexto, analise os termos a seguir.

I. Fino.
II. Sagaz.
III. Perspicaz.
IV. Manifesto.

Preserva a correção semântica o emprego dos termos apresentados em, em substituição a "sutil":

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I, II e III, apenas.

Questão 05

"*Todos os dias testemunhamos ou protagonizamos, tanto na vida presencial quanto na virtual, comportamentos e atitudes que vão do ódio declarado ou sutil ao desdém em relação ao outro.*" (1º§) A mesma relação de sentido estabelecida pelo termo destacado pode ser observada a seguir utilizando-se o mesmo ou outros conectivos, EXCETO em:

A) "Sejam alunos, sejam professores, todos serão interrogados para que a decisão considere os diferentes posicionamentos." (inédito)
B) "Não só nós fomos avisados quanto ao ocorrido, mas também os demais associados; não havendo necessidade de qualquer reclamação." (inédito)
C) "Quer falando, ou escrevendo, o advogado precisa respeitar a gramática." (SILVA, Luciano Correia da. Manual de Linguagem Forense. São Paulo: Edipro, 1991.)
D) "Seja para fins de investimento a longo prazo, ou visando a simples aquisição de um lar em busca do conforto e a segurança ideal para sua família, as operações imobiliárias estão presentes no cotidiano da maioria dos brasileiros." (https://www.conjur.com.br/2023-nov-21/comprou-ou-vendeu-imoveis-nos-ultimos-5-anos-voce-pode-obter-reembolso-do-itbi/)

Questão 06

De acordo com o texto, a "crise das relações humanas" pode ser justificada considerando-se:

A) O aprendizado das crianças, adolescentes e jovens a partir do ensino sistêmico, estrutural e informal.
B) O protagonismo desempenhado pelo ser humano no contexto social nas mais variadas áreas de sua atuação.
C) A proliferação indiscriminada dos relacionamentos e manifestações virtuais acelerados pela inovação tecnológica do século XXI.
D) A ocorrência corriqueira de situações conflitantes que envolvem posicionamentos contrários a fatores que devem ser considerados para que haja um fortalecimento da qualidade de vida.

Questão 07

"*Pais e professores têm reclamado de comportamentos provocativos desrespeitosos, desafiadores e desobedientes dos mais novos. Entretanto, se pudéssemos nos dedicar por alguns momentos à auto-observação, constataríamos essas características também em nós, adultos.*" (3º§) O elemento destacado pode ser identificado como um conector ou articulador discursivo estabelecendo determinada relação de sentido entre os períodos que constituem o parágrafo transcrito. Assim, indica-se sua função de acordo com o contexto, corretamente em:

A) Expressar relações de tempo entre os segmentos do texto.
B) Indicar uma contraposição em relação à informação anterior.
C) Expressar a causa; a razão e explicação da afirmação anterior.
D) Traduzir o fim ou intenção do posicionamento introduzido a seguir.

Questão 08

No 4º§ do texto, de acordo com a organização e sequência das informações e ideias apresentadas, pode-se afirmar que, depois de expor um exemplo pessoal que contribui para a sustentação da tese, o texto se refere a:

A) Uma "grande preocupação global", fato gerador da informação anterior.
B) Uma constatação seguida de apresentação de um fato baseado na realidade observável.
C) Um exemplo que generaliza, demonstrando um novo tipo de argumento utilizado pelo autor.
D) Uma contestação em relação ao exemplo anterior, considerando a diferença de sentido entre eles.

Questão 09

Em "*Mas são os mais novos que levam a pior nessa história.*" (4º§) O conectivo "mas", que introduz a oração, permite a mesma compreensão e coesão textual adequada quanto ao sentido visto em seu emprego em:

A) Mais um conhecido, mas importância tem que os demais.
B) Entretanto, é preciso conquistar, mas do que apenas desejar; é o que dizem.
C) Sabe-se que o doutor não só recomendou que fizesse repouso mas também retornasse após dez dias.
D) É fato que tenta trabalhar em casa, mas não consegue devido a vários fatores pertinentes a tal situação.

Questão 10

Em "*Entretanto, se pudéssemos nos dedicar por alguns momentos à auto-observação, constataríamos essas características também em nós, adultos.*" (3º§), o emprego da crase pode ser classificado como:

A) Informal.
B) Incorreto.
C) Facultativo.
D) Obrigatório.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

No clube de uma cidade, 124 cotistas fazem, pelo menos, uma das seguintes atividades: academia, natação e zumba. Dentre esses cotistas, 88 fazem academia, 66 fazem natação e 78 fazem zumba. Tendo em vista estas informações, qual a quantidade mínima de cotistas que fazem as três atividades mencionadas?

A) 14.
B) 16.
C) 18.
D) 20.

Questão 12

Em uma indústria automotiva, 12 máquinas com capacidade de produção iguais são capazes de produzir juntas, por dia, 85 peças em 5 horas diárias de operação. Com o aumento do lucro e da demanda, o diretor decidiu adicionar mais 6 máquinas idênticas às anteriores para atingir o objetivo de produção de 153 peças diariamente. Para que tal objetivo seja alcançado, as máquinas deverão operar por quantas horas diariamente?

A) 4,5.
B) 5,0.
C) 5,5.
D) 6,0.

Questão 13

Ao construir sua casa, Kelly separou um cômodo retangular com área de 17,28 m² para ser seu escritório, já que ela trabalha na modalidade *home office*. Sabendo que a razão entre o comprimento e a largura desse cômodo é 3/4, qual é o seu perímetro, em metros?

A) 8,4.
B) 9,6.
C) 16,8.
D) 19,2.

Questão 14

Roberto estabeleceu a seguinte rotina semanal para treinar flexões de braço:

Dias da Semana	Quantidade de flexões
Segundas e Quartas	60
Terças e Quintas	45
Sextas e Sábados	30
Domingo	0

O nascimento de seu filho ocorreu exatamente em um dia que Roberto não treina flexões. Já o nascimento de seu sobrinho ocorreu 224 dias depois do nascimento de seu filho. No dia em que seu sobrinho nasceu, Roberto treinou quantas flexões?

A) 0.
B) 30.
C) 45.
D) 60.

Questão 15

Suponha que as três afirmações a seguir sejam verdadeiras:

I. Rosângela é psicóloga.
II. Todos os psicólogos são atenciosos.
III. Nenhum praticante de vôlei é atencioso.

De acordo com o exposto, a afirmação que será, necessariamente, verdadeira é:

A) Rosângela não é atenciosa.
B) Rosângela não é praticante de vôlei.
C) Algum praticante de vôlei é atencioso.
D) Alguns psicólogos são praticantes de vôlei.

Questão 16

Após uma intensa campanha de *marketing*, os proprietários de uma loja concluíram que o número de produtos vendidos em cada um dos últimos 15 dias forma uma sequência regida por uma progressão aritmética. Considere que a razão dessa progressão aritmética equivale a 3/2 do seu primeiro termo e no décimo quinto dia foram vendidos 220 produtos. Assim, qual o total de produtos vendidos nos 2 primeiros dias?

A) 10.
B) 20.
C) 25.
D) 40.

Questão 17

Os alunos de uma turma de terceiro ano do ensino médio combinaram um encontro no parque da cidade para tirarem fotos de formatura. Com respeito ao horário agendado para o encontro, concluiu-se que:

- 7 alunos chegaram atrasados.
- 10% dos alunos chegaram adiantados.
- Três quintos dos alunos chegaram pontualmente.
- Um oitavo dos alunos não participaram do encontro.

Quantos alunos desta turma não participaram do encontro?

A) 4.
B) 5.
C) 6.
D) 7.

Questão 18

Em certa empresa, o diretor é eleito entre os funcionários. Na próxima eleição, se inscreveram 2 candidatos e 236 votantes. O candidato que receber a maior quantidade de votos ocupará o cargo de diretor. Se cada votante escolheu um único candidato, qual a quantidade mínima de votos um candidato precisa para ser eleito?

A) 116.
B) 117.
C) 118.
D) 119.

Questão 19

Cristiane é chefe do setor de processos de uma repartição pública e coordena 12 servidores. Ela recebeu recentemente duas vagas para matrículas em um mesmo curso de qualificação que serão preenchidas por dois de seus servidores. De quantas formas distintas ela pode escolher dois dos seus servidores para ganharem as matrículas no curso de qualificação?

A) 33.
B) 66.
C) 112.
D) 224.

Questão 20

Com o objetivo de passar em um concurso público, Rejane comprou um livro com questões sobre raciocínio lógico-matemático. Na primeira semana de estudo, Rejane resolveu 1/3 das questões do livro. Na semana seguinte, ela resolveu 2/3 das questões restantes. Considerando que ainda faltam 100 questões para serem resolvidas, quantas questões o livro possui no total?

A) 300.
B) 350.
C) 400.
D) 450.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 21

O processo de democratização foi acompanhado pela proliferação de novas instituições, que permitem aos cidadãos deliberar e decidir sobre o resultado das políticas adotadas. Observa-se que nos processos de democratização da gestão pública, diversas formas de interação entre o governo e a sociedade são inovadoras para promover a inclusão e a democracia direta. Assinale a afirmativa que melhor descreve o papel e a importância desses processos na gestão pública.

A) Orçamento Participativo: iniciativa que permite aos cidadãos decidirem sobre uma pequena parcela do orçamento, sem impacto significativo na alocação geral de recursos públicos.
B) Conselhos de Gestão: órgãos meramente consultivos, sem influência direta nas decisões governamentais, que servem apenas para formalizar a participação popular sem garantir a efetividade.
C) Parceria entre Governo e Sociedade: estratégias que visam exclusivamente a redução de custos governamentais, delegando responsabilidades para organizações não governamentais sem a devida supervisão.
D) Processos Participativos: mecanismos eficazes de democracia participativa, que capacitam os cidadãos nas decisões governamentais, promovem a transparência e garantem a representatividade na alocação de recursos e formulação de políticas públicas.

Questão 22

O conceito de governo eletrônico envolve o uso de tecnologias digitais para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, promovendo maior transparência, controle social e responsabilização. Tendo em vista este conceito, assinale a afirmativa que melhor descreve a relação entre governo eletrônico e *accountability* na Administração Pública.

A) *Accountability* e governo eletrônico são conceitos exclusivos, em que o aumento de um resulta na diminuição do outro.
B) O governo eletrônico limita-se à automatização dos serviços públicos, não tendo impacto significativo na responsabilização da Administração Pública.
C) A implementação de sistemas de governo eletrônico reduz a necessidade de responsabilização, pois os processos automatizados são inerentemente transparentes e eficientes.
D) O governo eletrônico potencializa a prestação de contas ao proporcionar maior transparência nos processos governamentais e facilitar a participação e o controle social por parte dos cidadãos.

Questão 23

Na gestão de resultados na produção de serviços públicos, as mudanças institucionais desempenham um papel fundamental para a eficiência e eficácia das políticas públicas. Considerando as organizações sociais, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as agências reguladoras, as agências executivas e os consórcios públicos; assinale a afirmativa que melhor descreve o impacto dessas mudanças na gestão pública.

A) As organizações sociais e as OSCIP's, por serem entidades de direito privado, não trazem significativamente impacto para a gestão de resultados, visto que sua atuação se restringe ao terceiro setor.
B) As Agências reguladoras e executivas, ao centralizarem funções reguladoras e executivas, respectivamente, tendem a burocratizar a gestão pública, indo de encontro aos princípios de gestão por resultados.
C) Os consórcios públicos, embora promovam a cooperação intergovernamental, não possuem impacto significativo na gestão de resultados, uma vez que sua estrutura é voltada apenas para a gestão compartilhada de recursos.
D) A implementação de mudanças institucionais, como a criação de organizações sociais, OSCIP's, agências reguladoras e executivas, e consórcios públicos, pode promover a flexibilização, especialização e maior foco em resultados na Administração Pública, alinhando-se aos objetivos da gestão por resultados.

Questão 24

A transição do modelo de administração racional-legal para o paradigma pós-burocrático é marcada por diversas mudanças significativas. Considerando este contexto, assinale a afirmativa correta.

A) Uma mudança para o modelo pós-burocrático implica na total substituição da gestão pública por iniciativas privadas, desconsiderando o papel do Estado na Administração Pública.
B) O paradigma pós-burocrático é caracterizado pela forte centralização do poder decisório, aumentando a rigidez das normas e procedimentos em comparação com o modelo racional-legal.
C) No paradigma pós-burocrático, há um movimento em direção à maior flexibilidade, ênfase em resultados e responsividade, mantendo algumas estruturas formais do modelo racional-legal.
D) A administração pós-burocrática abandona completamente as estruturas hierárquicas e as regras formais, adotando uma abordagem, exclusivamente, baseada em redes sociais e colaboração informal.

Questão 25

A eficácia das políticas públicas pode ser medida através de diversos indicadores de desempenho. Considerando o processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas, assinale a afirmativa correta.

A) Os indicadores de desempenho são úteis apenas na fase inicial de formulação de políticas públicas, adequados para definir objetivos, mas não são relevantes na fase de implementação e avaliação.
B) A utilização de indicadores de desempenho é opcional no desenvolvimento de políticas públicas, sendo mais uma ferramenta de *marketing* para governos do que um instrumento de gestão e avaliação.
C) Os indicadores de desempenho devem ser aplicados em todas as fases do processo de políticas públicas, desde a formulação até a avaliação, para medir a eficiência, a eficácia e o impacto das políticas inovadoras.
D) Os indicadores de desempenho são ferramentas, exclusivamente, quantitativas que avaliam o custo-benefício das políticas públicas, desconsiderando aspectos qualitativos como satisfação do cidadão e impacto social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

Questão 26

Analise as informações a seguir.

I. Despesas de Capital são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, como os investimentos em obras públicas, aquisição de equipamentos e instalações e aquisição de imóveis.
II. Transferências de Capital são as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, tais como as despesas de custeio destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, despesas de custeio com pessoal civil e militar, despesas de custeio com material de consumo e serviços de terceiros.
III. Inversões Financeiras são Despesas de Capital destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (9ª edição), bem como a Lei Federal nº 4.320/1964, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) III, apenas.
D) I e III, apenas.

Questão 27

Os seguintes dados foram obtidos de uma empresa atacadista de materiais de construção:

ATIVO	**Balanço Patrimonial 31/12/2021**	**Balanço Patrimonial 31/12/2022**
Ativo Total	3.130.000	3.020.000
Ativo Circulante	1.480.000	870.000
Caixa	980.000	400.000
Contas a Receber de Clientes	120.000	180.000
Estoque de Mercadorias para Venda	380.000	290.000
Ativo Não Circulante	1.650.000	2.150.000
Ativo Realizável a Longo Prazo (Contas a Receber de Clientes)	30.000	120.000
Investimentos (Terrenos)	0	230.000
Imobilizado	1.800.000	2.200.000
(-) Depreciação Acumulada	-180.000	-400.000
Intangível	0	0
PASSIVO	**Balanço Patrimonial 31/12/2021**	**Balanço Patrimonial 31/12/2022**
Passivo Total	3.130.000	3.020.000
Passivo Circulante	700.000	680.000
Obrigações Sociais e Trabalhistas	210.000	160.000
Fornecedores Nacionais	360.000	180.000
Contas a Pagar	130.000	340.000
Passivo Não Circulante	0	0
Patrimônio Líquido	2.430.000	2.340.000
Capital Social Realizado	2.000.000	2.000.000
Reservas	430.000	340.000

Outras informações referentes ao exercício 2022

DESCRIÇÃO	**01/01/2022 a 31/12/2022**
Receita Líquida de Venda de Mercadorias	900.000
Custo das Mercadorias Vendidas	-270.000
Despesas com Vendas	-100.000
Despesas Gerais e Administrativas (incluindo 220.000,00 de despesas de depreciação)	-620.000

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos fluxos de caixa e, desconsiderando, ainda, qualquer incidência de tributos, em 2022, o valor do caixa

A) gerado pelas operações foi R$ 80.000,00.
B) líquido gerado pelas atividades operacionais foi R$ 50.000,00.
C) líquido consumido pelas atividades operacionais foi R$ 170.000,00.
D) líquido consumido pelas atividades de investimento foi R$ 230.000,00.

Questão 28

Analise as afirmativas a seguir.

I. A entidade deve iniciar a capitalização dos custos de empréstimos como parte do custo do ativo qualificável quando incorrer em gastos com o ativo; incorrer em custos de empréstimos; e, iniciar as atividades que são necessárias para colocar o ativo em uso ou venda pretendidos.

II. Na extensão em que a entidade obtém emprestados recursos especificamente com o propósito de obter ativo qualificável, ela deve determinar o montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

III. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser reconhecidos como despesa no resultado do exercício em que são incorridos. A entidade deve finalizar o reconhecimento dessas despesas quando substancialmente todas as atividades necessárias para colocar o ativo qualificável em uso ou venda pretendidos estiverem concluídas.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 14, que estabelece o tratamento contábil dos custos de empréstimos em entidades do setor público, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) I e II, apenas.

Questão 29

As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Dada a importância das demonstrações contábeis para o setor público, analise as afirmativas a seguir.

I. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas; demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

II. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

III. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (9ª edição), bem como a Lei Federal nº 4.320/1964, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) III, apenas.
D) I e III, apenas.

Questão 30

Em 16/11/2023, um órgão público adquiriu certo veículo automotor para fins de uso em suas atividades administrativas. O veículo poderia ter sido comprado à vista por R$ 320.000,00; porém, foi adquirido a prazo – por meio de financiamento concedido diretamente pelo fornecedor nacional, para pagamento em seis prestações mensais, iguais e consecutivas no valor de R$ 55.215,00/cada (com juros compostos embutidos). Considerando exclusivamente as informações apresentadas, dentre as alternativas seguintes, assinale aquela que evidencia os corretos registros contábeis, de natureza patrimonial, que o órgão público deveria realizar para reconhecimento inicial do veículo e do financiamento e encargos financeiros a pagar. Admita que o veículo estava pronto para uso imediato e nas condições operacionais pretendidas pelo órgão público. Admita, ainda, o mês comercial com 30 dias e que a primeira prestação seria quitada em 16/03/2024.

A)

Débito	BENS MÓVEIS – VEÍCULO (ATIVO IMOBILIZADO)	320.000
Crédito	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	320.000
Débito	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	11.290
Crédito	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	11.290

B)

Débito	BENS MÓVEIS – VEÍCULO (ATIVO IMOBILIZADO)	320.000
Crédito	FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO – INTERNO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	320.000
Débito	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – INTERNO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	11.290
Crédito	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO – INTERNO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	11.290

C)

Débito	BENS MÓVEIS – VEÍCULO (ATIVO IMOBILIZADO)	331.290
Crédito	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	331.290
Débito	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	11.290
Crédito	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	11.290

D)

Débito	BENS MÓVEIS – VEÍCULO (ATIVO IMOBILIZADO)	331.290
Crédito	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – INTERNO (ATIVO IMOBILIZADO)	11.290
Crédito	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO (PASSIVO CIRCULANTE)	320.000

Questão 31

Considerando, exclusivamente, a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 03, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Ativos contingentes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que se espera resultar em receitas que virão a ser realizadas no futuro.
B) Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade.
C) Uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação, é um tipo de passivo contingente.
D) Provisões que são reconhecidas como passivo, presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, são obrigações presentes, sendo provável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja necessária para liquidar a obrigação.

Questão 32

Conforme a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e para fins do disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da Receita Corrente Líquida a seguir discriminados:

A) 30% para a União; 60% para os Estados; 60% para os Municípios.
B) 40% para a União; 50% para os Estados; 40% para os Municípios.
C) 50% para a União; 60% para os Estados; 60% para os Municípios.
D) 60% para a União; 50% para os Estados; 40% para os Municípios.

Questão 33

Tendo em vista que as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais e que afetam o resultado das entidades do setor público, analise as afirmativas a seguir.

I. Caso o total das Variações Patrimoniais Aumentativas seja superior ao total das Variações Patrimoniais Diminutivas, diz-se que foi deficitário o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
II. Considera-se realizada a Variação Patrimonial Diminutiva quando, por exemplo, deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
III. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 34

Suponha que o município de Campos dos Goytacazes, após regular processo licitatório, convoque a empresa vencedora do certame para assinatura do termo de contrato, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação. Sobre tal situação, é correto afirmar que:

A) O não atendimento à convocação para assinatura do contrato pela empresa vencedora impõe que a Administração considere o certame fracassado.
B) É vedada a prorrogação do prazo de convocação para a assinatura; a empresa, caso não atenda ao chamado no prazo concedido pela Administração, estará sujeita à decadência do direito de contratação.
C) Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
D) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, sendo restituída eventual garantia de proposta em favor da entidade licitante, vez que tal retenção da garantia configuraria locupletamento ilícito por parte da Administração.

Questão 35

Elesbão, auditor fiscal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, é instado a realizar estudo de determinado processo licitatório realizado sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021. No que tange à gestão de riscos e controle das contratações, analise as afirmativas a seguir.

I. Os integrantes das linhas de defesa deverão remeter ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração das infrações administrativas, quando constatarem nas contratações públicas irregularidade que configure dano à Administração, para fins de sanção disciplinar.

II. Na fiscalização de controle será observada a adoção de procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados, exclusivamente, nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle.

III. A terceira linha de defesa a que se submetem as contratações públicas é integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.

De acordo com a referida Lei, são diretrizes corretas a serem observadas por Elesbão em sua análise o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 36

Segundo o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021 sobre os contratos administrativos, assinale a afirmativa correta.

A) Será vedada a subcontratação para pessoa física que for prima de dirigente do órgão ou entidade contratante.
B) Na hipótese de contratação de empresa para assistir e exercer as atribuições próprias do fiscal do contrato, esta assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas.
C) Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, é defeso à Administração condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.
D) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

Questão 37

Analise as seguintes situações hipotéticas, que descrevem infrações cometidas por empresas participantes de licitações ou contratadas pelo Município de Campos dos Goytacazes:

I. A empresa X deu causa à inexecução parcial do contrato, causando grave dano à Administração e ao funcionamento dos serviços públicos.

II. A empresa Y não celebrou o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

III. A empresa Z prestou declaração falsa durante a execução do contrato.

Sobre as hipóteses apresentadas, é correto afirmar que:

A) Apenas as empresas X e Z estão sujeitas à aplicação da sanação de multa.
B) A aplicação da sanção de multa exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
C) Caso venha a ser declarada inidônea pela Administração, a empresa Z, como condição para sua reabilitação, deverá comprovar a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade por seu responsável.
D) Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a empresa Y está sujeita à sanção de declaração de inidoneidade, a qual impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo máximo de oito anos.

Questão 38

Sobre o tema responsabilidade civil da Administração, marque <u>V</u> para as afirmativas verdadeiras e <u>F</u> para as falsas.

( ) Caso uma autarquia municipal não possua bens para satisfazer os seus débitos, o Município terá responsabilidade civil subsidiária.

( ) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

( ) Segundo o entendimento da doutrina majoritária e do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva.

( ) Considerando a evolução do tema na doutrina e jurisprudência, tem-se que, no Brasil, adota-se, em regra, a teoria da responsabilidade integral (ou do risco integral) do Estado.

A sequência está correta em

A) F, F, F, V.
B) V, F, V, F.
C) V, V, F, F.
D) V, V, V, F.

Questão 39

Na análise de processo administrativo que trata de desapropriação promovida pelo Município de Campos dos Goytacazes, Sinfrônio, auditor fiscal, se deparou com as seguintes afirmações, das quais apenas uma é correta; assinale-a.

A) No caso da desapropriação-confisco pela União, a indenização ao proprietário deve ser por meio de títulos da dívida pública.
B) É exemplo de ato administrativo com efeitos atípicos reflexos aquele que enseja a desocupação de imóvel desapropriado pelo então locatário que lá residia.
C) Em todas as hipóteses denominadas de "desapropriações-sanção", é indevida qualquer indenização ao então titular da propriedade que não cumpriu sua função social.
D) O ente desapropriante responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado, nas hipóteses em que o período de ocorrência dos fatos geradores é anterior ao ato de desapropriação.

Questão 40

Determinado servidor municipal teve conduta irregular apurada e a autoridade competente busca sua responsabilização de acordo com a Lei Federal nº 8.429/1992. Tal servidor é acusado de agir para a configuração de ilícito na fiscalização das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar, levando-se em consideração somente as informações apresentadas e a capitulação legal do ato, que a conduta é

A) impunível, pois a referida Lei não alcança servidores municipais.
B) punível, unicamente, com a sanção de suspensão dos direitos políticos até quatorze anos.
C) punível, dentre outras, com as sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até doze anos.
D) punível, dentre outras, com a sanção de pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

Questão 41

Determinada autoridade municipal concedeu, dolosamente, benefício tributário que resultou na aplicação de alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), abaixo de dois por cento. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a legislação pertinente ao referido imposto, assinale a afirmativa correta.

A) A conduta é punível, dentre outras, com sanção de pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano.
B) Trata-se de ato de improbidade administrativa, cujas penas sempre devem ser aplicadas cumulativamente, por expressa previsão legal.
C) A conduta não é capitulada como ato de improbidade administrativa, mas pode estar sujeita a outras sanções na seara civil e penal.
D) Somente haveria improbidade administrativa caso o benefício concedido, na prática, resultasse em aplicação de alíquota abaixo de cinco por cento, mínimo estabelecido em lei complementar para o tributo.

Questão 42

Sobre o domínio público e os bens públicos, assinale a afirmativa correta.

A) É possível o tombamento promovido por Município com relação a bem do Estado ou da União.
B) Os bens dominicais, por não se encontrarem afetados para fins públicos e serem alienáveis a qualquer tempo, podem ser adquiridos por usucapião.
C) A tredestinação se traduz no direito do proprietário de exigir o bem de volta, caso o poder público lhe dê destinação diversa da declarada no ato de desapropriação.
D) É incabível a promoção de desapropriação, por parte da União, de bens do domínio do Município de Campos dos Goytacazes, pois tal medida configuraria afronta à autonomia municipal.

Questão 43

Embora não haja consenso na definição de entidades paraestatais, é possível extrair da doutrina e legislação alguns pontos em comum que ligam essa categoria de pessoas jurídicas. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Vinculam-se aos termos do ajuste firmado com o poder público e têm que prestar contas ao ente da Administração Pública do cumprimento dos objetivos estipulados e ao Tribunal de Contas, na hipótese de receberem recursos públicos.
II. Submetem-se, em regra, ao regime jurídico de direito público, em decorrência do vínculo que as liga à Administração.
III. Não são criadas pelo Estado, ainda que algumas delas sejam autorizadas por lei ou, pelo menos, dependam de algum tipo de impulso estatal para serem instituídas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) I e III, apenas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 44

Tramita no Congresso Nacional determinado projeto de lei ordinária que tem como objeto instituir uma contribuição social destinada a custear a seguridade social, incidente sobre a receita de concursos de prognósticos. O projeto de lei é

A) Inconstitucional, pois trata de matéria reservada à lei complementar.
B) Inconstitucional, pois a definição de tributos e suas espécies é competência discriminada da União.
C) Constitucional, pois as contribuições sociais materializam-se por lei ordinária no exercício da competência discriminada da União.
D) Constitucional, pois a instituição de outras fontes de custeio destinadas à expansão da seguridade social é competência residual da União.

Questão 45

Conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal. A Lei Orgânica Municipal atenderá, dentre outros preceitos, o seguinte:

A) Eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para mandato de quatro anos, pelo sistema proporcional e pelo pleito simultâneo realizado em todo o país.
B) Observância ao limite máximo do número de vereadores que poderão compor a Câmara Municipal, que terá como parâmetro o número de habitantes do respectivo Município.
C) Perda do mandato do Prefeito, de acordo com a previsão constitucional, no tocante ao Chefe do Poder Executivo da União, e seu julgamento perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
D) Iniciativa de lei do Chefe do Poder Executivo no tocante ao subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observado o teto remuneratório previsto na Constituição Federal.

Questão 46

Um projeto de lei de iniciativa do Prefeito do Município WWW, que trata da majoração do subsídio dos vereadores municipais, foi aprovado pela casa legislativa respectiva, com previsão expressa de sua aplicabilidade já na legislatura vigente. Considerando o fato narrado e as disposições constitucionais sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) A lei que tem por objeto fixar o subsídio dos vereadores terá vigência e aplicabilidade na mesma sessão legislativa
B) O Prefeito não possui legitimidade para propor projeto de lei que tenha como objeto a fixação dos subsídios dos vereadores.
C) A lei que tem por objeto fixar o subsídio dos vereadores terá vigência na data de sua publicação, mas só poderá ser aplicada no ano seguinte.
D) Além do Prefeito, possui legitimidade para propor projeto de lei para fixar o subsídio dos vereadores, um terço, pelo menos, dos membros da Câmara Municipal.

Questão 47

No dia 01/03/2023, Astolfo, Prefeito do Município XXX, com a intenção de matar, desferiu cinco disparos de arma de fogo contra seu desafeto, Ricardo, um comerciante local. Astolfo conseguiu fugir do local do crime e não foi preso em flagrante delito, mas responderá o processo criminal em liberdade. Em relação à responsabilidade do Prefeito Astolfo, assinale a afirmativa correta.

A) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar Astolfo pelo crime de homicídio.
B) Tratando-se de crime comum, Astolfo deverá ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
C) Astolfo praticou crime doloso contra a vida e, conforme disposição constitucional, deverá ser julgado perante o Tribunal do Júri.
D) O Tribunal de Justiça do Estado é competente para processar e julgar o Prefeito, especificamente, nos crimes de responsabilidade próprios.

Questão 48

Certo vereador, eleito pelo partido Y, decidiu dele se desfiliar por questões pessoais, não amparadas em lei. O Ministério Público Eleitoral, então, promoveu uma ação de perda de mandato em face do vereador. Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988,

A) os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos deverão perder o mandato.
B) após o pleito eleitoral não há impedimento para que os Vereadores se desfiliem do partido pelo qual tenham sido eleitos.
C) nos casos de anuência do partido, os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos não perderão o mandato.
D) a filiação partidária é requisito facultativo de elegibilidade e, portanto, não há impeditivo aos vereados de se desfiliarem de seus partidos.

Questão 49

Em 15/08/2017 Adolfo, estrangeiro originário de país de língua portuguesa, praticou um crime de homicídio no seu país de origem. Adolfo conseguiu passar despercebido pelas autoridades locais e não houve contra ele qualquer acusação. Em 15/12/2017, Adolfo decidiu mudar-se para o Brasil e aqui se estabelecer de forma definitiva. Após cumprir o prazo e os requisitos legais, ele solicitou ao Estado brasileiro a sua naturalização, que foi concedida. Adolfo só foi identificado e processado pela autoria do homicídio seis anos após a data do crime, quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira. Nos termos da Constituição Federal,

A) o crime praticado por Adolfo é hediondo e, portanto, imprescritível e insuscetível de graça e anistia.
B) caso solicitado, Adolfo poderá ser extraditado ao país de origem, ainda que já tenha adquirido a nacionalidade brasileira derivada.
C) Adolfo não poderá ser extraditado, salvo se ficar comprovado o seu envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
D) por ser originário de país de língua portuguesa, para a aquisição da nacionalidade brasileira Adolfo teve que comprovar apenas que residiu no país por um ano ininterrupto e que não recebeu condenação penal.

Questão 50

Sobre as normativas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. A despesa total com pessoal depende da natureza do vínculo empregatício e do regime de trabalho a que os servidores públicos estão submetidos.
II. Quanto aos Municípios, a despesa total com pessoal não poderá exceder a cinquenta por cento da sua receita corrente líquida, incluindo-se nesse computo as despesas provenientes de indenização por demissão de servidores ou empregados.
III. A criação, majoração ou ampliação de despesas da seguridade social fica condicionada à indicação da sua fonte de custeio e à indicação da origem dos recursos que lhe sustentarão.
IV. Cabe estritamente ao Poder Legislativo, de forma direta ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Está correto o que se afirma apenas em

A) III.
B) IV.
C) I e II
D) I e IV.

Questão 51

O francês Louis, casado com a brasileira Norma, pai dos brasileiros Carlos e Roberto, faleceu em Paris, onde estava domiciliado. Louis era detentor de muitos bens, dentre os quais dois imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro e outros quatro situados em Londres. Considerando as normativas constitucionais, é correto afirmar que

A) a sucessão quanto aos dois imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro será regulada unicamente pela lei brasileira.
B) a lei do domicílio de Louis deverá ser aplicada, sem exceção, à sucessão de seus bens, estejam eles situados no Brasil ou no exterior.
C) poderá ser aplicada a lei brasileira quanto à sucessão dos imóveis situados em Londres, desde que mais benéfica a Norma, Carlos e Roberto.
D) a lei brasileira poderá ser aplicada à sucessão dos dois imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro, caso seja mais favorável a Norma, Carlos e Roberto.

Questão 52

No tocante às disposições constitucionais sobre a ordem econômica e financeira, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O exercício das atividades econômicas depende de prévia autorização dos órgãos públicos, com exceção daquelas em que a própria lei autoriza, de forma direta, a sua execução.
( ) O Estado só poderá explorar diretamente atividade econômica diante de relevante interesse coletivo ou quando necessária aos imperativos da segurança nacional. Por se tratar de atividade prestada pelo Estado, haverá sujeição exclusiva ao regime jurídico de direito público.
( ) A depender da relevância da atividade prestada por uma empresa pública, poderá a ela ser concedido privilégios fiscais específicos, ainda que não extensíveis às empresas do setor privado que prestem a mesma atividade.
( ) O Estado poderá prestar serviços públicos de forma indireta, por meio de contrato de concessão ou permissão, que deverá ser precedido de licitação pública.

A sequência está correta em

A) F, F, F, V.
B) F, V, V, V.
C) V, F, V, F.
D) V, V, F, V.

Questão 53

Os militares Marcelo, Alfredo e Gabriel reuniram-se e decidiram, em comum acordo, deixar de cumprir, sem justo motivo, determinação escrita de seu superior hierárquico. A autoridade militar competente, classificando a conduta como transgressão militar de natureza grave, decretou a prisão disciplinar de Marcelo, Alfredo e Gabriel por dez dias. Considerando as disposições contidas na Constituição Federal, a prisão dos militares é

A) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de *habeas corpus*.
B) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de mandado de segurança.
C) legal, pois sua conduta configura transgressão militar, hipótese excepcionada pela própria Constituição.
D) ilegal, pois não há contra eles um mandado de prisão escrito e expedido por uma autoridade judiciária competente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

As informações a seguir contextualizam as questões 54 e 55. Leia-as atentamente.

As pessoas que manifestam riqueza ficam obrigadas a contribuir com o Estado, fornecendo-lhe os recursos de que este precisa para buscar a consecução do bem comum. Assim, aqueles que obtêm rendimentos vendem mercadorias, são proprietários de imóveis em área urbana, devem contribuir respectivamente com a União, com os Estados e com os Municípios. Estes entes devem usar tais recursos em benefício de toda a coletividade.

Questão 54

O imposto se sustenta sobre a ideia da:

A) Função social.
B) Solidariedade social.
C) Políticas afirmativas.
D) Necessidade e possibilidade.

Questão 55

Considerando trecho do enunciado da questão anterior, identifique os impostos devidos à União, Estados e aos Municípios:

A) PIS/Pasep; Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL); Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
B) Imposto de Renda (IR); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
C) Imposto de Renda (IR); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
D) Imposto de importação (II); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Questão 56

Sabe-se que a lei complementar para o Direito Tributário deverá traçar os aspectos gerais da tributação; desse modo, cabe à lei complementar

A) a majoração de tributos, ou sua redução.
B) a instituição de tributos, ou a sua extinção.
C) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.
D) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Questão 57

A repartição de receitas tributárias ocorrerá após seu ingresso nos cofres de cada ente público, ou seja, após o exaurimento da relação de natureza tributária. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. As taxas, empréstimos compulsórios e contribuições de melhoria serão destinados a um fundo de participação, cujas receitas são divididas entre os beneficiários, seguindo os critérios legais e constitucionais previamente definidos.
II. O legislador constituinte reconheceu o desequilíbrio na repartição de competência que fizera, pois há uma inegável concentração de renda nos cofres públicos federais em detrimento dos Estados e Municípios, estando estes últimos numa situação ainda mais complicada.
III. Quando a Constituição Federal atribui aos Municípios metade do IPVA arrecadado pelos Estados em virtude dos veículos automotores licenciados em seus territórios, está fazendo repartição direta de receita.
IV. A repartição constitucional sempre consiste na participação dos entes menores na arrecadação dos entes maiores, jamais ocorrendo no sentido inverso.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) I, II e III.
D) II, III e IV.

Questão 58

Tendo em vista que as taxas de polícia têm por fato gerador o exercício regular do poder de polícia (atividade administrativa), sua fundamentação é o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, que permeia todo o direito público. Sobre a taxa de polícia, assinale a afirmativa correta.

A) A lista de interesses públicos fundamentais cuja proteção pode dar ensejo ao exercício do poder de polícia é meramente exemplificativa, pois outros interesses também podem ser protegidos.

B) A taxa de polícia é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

C) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

D) O poder de polícia é uma atividade da Administração Pública que possui como finalidade a limitação ou disciplina do direito do cidadão, desde que não limite o interesse ou liberdade para a prática de ato ou abstenção deste, em razão de interesse público concernente à segurança.

Questão 59

Foi promulgada legislação tributária municipal que aumentou a previsão de multa pelo não recolhimento dos impostos e taxas aos cofres públicos municipais, sendo que a multa não pode ser inferior a duas vezes o valor do tributo devido e, em caso de sonegação, não poderá a multa ser inferior a cinco vezes o valor sonegado. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) A legislação poderá ser declarada inconstitucional por ofensa ao princípio da vedação ao confisco e ao princípio da proporcionalidade.

B) Sendo observado o regular processo legislativo e a anualidade tributária, fica o contribuinte municipal sujeito às sanções em caso de descumprimento da norma.

C) Não poderia haver previsão de sanções distintas relativamente a fatos ilícitos que geram o mesmo tributo devido, considerando as respectivas causas (mora, fraude), já que ambas geram o prejuízo ao Fisco.

D) A aplicação da multa moratória tem o objetivo de sancionar o contribuinte que não cumpre suas obrigações tributárias, de modo que cumpra com sua função de desencorajar a elisão fiscal, utilizando-se do efeito de confisco.

Questão 60

A Constituição Federal de 1988 proibiu a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de instituírem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) A imunidade recíproca se aplica diretamente aos impostos, sendo extensível às taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

B) A imunidade tributária é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, conferindo uma garantia de igual amplitude àquela conferida aos entes políticos.

C) A imunidade tributária prevista na Constituição Federal é cláusula pétrea, por configurar importante regra protetiva do pacto federativo ao impedir a sujeição de um ente federativo ao poder de tributar do outro.

D) A imunidade tributária prevista na Constituição se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com a exploração de atividades econômicas em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, desde que relacionados com as finalidades essenciais.

Questão 61

Falar dos elementos subjetivos da obrigação tributária é evidenciar os sujeitos que figuram nos polos ativo e passivo da relação jurídico-tributária, tendo a competência para exigir o seu adimplemento ou o dever de adimplementá-la. Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

A) No imposto de renda, o sujeito passivo da obrigação tributária é quem recebe o rendimento ou provento, cabendo ao titular o recolhimento.

B) O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento, não sendo possível a delegação.

C) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

D) Na obrigação tributária principal, o sujeito passivo será a pessoa obrigada às prestações de fazer ou deixar de fazer; na obrigação acessória, o sujeito passivo é a pessoa obrigada a pagar o tributo ou penalidade pecuniária – que constitui seu objeto.

Questão 62

Na hipótese de entrada em vigor da Lei Complementar nº 105/2022, permitiu o acesso das autoridades fiscais a dados protegidos por sigilo bancário, independentemente de determinação judicial. Apesar de a vigência ter-se dado a partir de novembro de 2022, a Secretaria instaurou procedimentos fiscais para apurar créditos relativos a exercícios anteriores, usando do novo poder legalmente atribuído. Considerando os fatos, assinale a afirmativa correta.

A) O lançamento somente poderá ocorrer para fatos geradores futuros; o lançamento não possui efeitos *ex tunc*.
B) A utilização da nova legislação para lançamento referente a fatos geradores passados, entretanto, é considerada lícita.
C) Os lançamentos de tributos com base em dados protegidos por sigilo bancário não são admitidos pela Constituição Federal.
D) Por se tratar de alteração material na legislação de tributo, a obrigação tributária não poderá retroagir para fatores geradores pretéritos.

Questão 63

A Constituição Federal atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competências tributárias privativas, vedando que um ente político invada a competência do outro. Sobre a bitributação e o *bis in idem,* assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A bitributação ocorre quando entes tributantes diversos exigem do mesmo sujeito passivo tributos decorrentes do mesmo fato gerador.
B) A Constituição não autoriza a edição do imposto extraordinário com base no mesmo fato gerador de competência privativa de outros entes.
C) A União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na iminência ou no caso de guerra externa, poderão criar impostos que coincidam com o fato gerador de um imposto já existente.
D) A bitributação se difere do *bis in idem,* visto que este ocorre quando um único ente tributante tributa mais de uma vez o mesmo sujeito passivo sobre o mesmo fato gerador.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Questão 64

Determinada prefeitura verificou, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, promovendo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. O instrumento de planejamento, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que apresentará os critérios fixados para tais medidas anteriores, trata-se de:

A) Plano Plurianual.
B) Lei Orgânica Municipal.
C) Lei do Orçamento Anual.
D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Questão 65

Ao final de um quadrimestre, determinada prefeitura verificou que o limite estabelecido da despesa total de pessoal, fixado nos Art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), havia excedido 95% desse limite. A LRF veda alguns atos administrativos enquanto perdurar o excesso. Está em DESACORDO com as vedações impostas:

A) Criação de cargo, emprego ou função.
B) Concessão de aposentadoria e pensões.
C) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
D) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo algumas exceções e ressalvada a revisão prevista no inciso X, do Art. 37, da CF.

Questão 66

O Ministério da Fazenda divulgou em sua relação mensal, que certa prefeitura ultrapassou o limite da sua dívida consolidada, ao final do último quadrimestre e, portanto, deverá ser a ele reconduzida, aos limites da dívida, no prazo de até o término dos três quadrimestres subsequentes. O menor percentual do montante excedido da dívida consolidada que a prefeitura deverá reduzir, no primeiro quadrimestre, será de, ao menos,

A) 15%.
B) 25%.
C) 33%.
D) 50%.

Questão 67

Sobre o resultado primário, analise as afirmativas a seguir.

I. Surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida.

II. Quando as receitas não financeiras são maiores que as despesas não financeiras, dizemos que ocorreu um *superavit* primário.

III. O *deficit* primário indica a parcela do aumento da dívida líquida resultado do financiamento de gastos primários (despesas não financeiras).

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 68

Considere as informações, em reais, extraídas do quadro do RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 5, da LRF) de determinada prefeitura, ao final do exercício de 2022.

	2021	2022
Dívida contratual	8000	9000
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	2000	3000
Disponibilidade de caixa bruta	2500	2800
Demais haveres financeiros	1000	1500
Restos a pagar processados (exceto precatórios)	500	300
Passivos reconhecidos (dívida com INSS)	200	400

Em relação aos dados anteriores do RREO do exercício de 2022, assinale a afirmativa correta.

A) A dívida fiscal líquida de 2022 é de R$ 7.800.
B) A dívida consolidada líquida de 2022 é de R$ 7.400.
C) O resultado nominal, no exercício de 2022, foi de R$ 800.
D) O resultado nominal, no exercício de 2022, foi de R$ 7.600.

Questão 69

A categoria de tributos, cuja arrecadação é destinada às entidades corporativas (SENAI, SESI, SESC e outras), que atuam de forma paraestatal, para o custeio de atividades voltadas para programas sociais e de interesse público, se refere às(aos):

A) Tarifas.
B) Impostos.
C) Contribuições parafiscais.
D) Contribuições de melhorias.

Questão 70

O Município de Campos dos Goytacazes instituiu três tipos de impostos de sua competência estabelecidos no Código Tributário Municipal. São eles, EXCETO:

A) Imposto sobre a circulação de mercadorias.
B) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
C) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
D) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis "*inter vivos*".

Questão 71

O departamento pessoal de determinada prefeitura retém de seus servidores públicos o imposto de renda retido na fonte quando da elaboração da folha de pagamento. Corresponde à classificação correta do imposto de renda de pessoa física:

A) Imposto direto e progressivo.
B) Imposto indireto e regressivo.
C) Imposto direto e proporcional.
D) Imposto indireto e progressivo.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 72

Tendo em vista a Lei nº 8.690/2015, que regula os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes aos tributos de estrita competência municipal, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) É facultado ao postulante, ou a quem o represente, ter vista dos processos em que for parte.
B) Será admitida a apresentação de cópia da procuração, devidamente autenticada, ou, ainda, cópia e respectivo original, para que seja autenticada pelo servidor que a receber.
C) O sujeito passivo da obrigação tributária, principal ou acessória, poderá postular pessoalmente ou por meio de terceiros, desde que possuam procuração com poderes específicos e firma reconhecida.
D) A sociedade de fato, o condomínio, o espólio, a massa falida, ou qualquer outro conjunto de pessoas, coisas ou bens, sem personalidade jurídica, será representada por seu procurador legalmente constituído.

Questão 73

Considerando a Lei nº 12.527/2011, disponibilidade é qualidade da informação que:

A) Não foi modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
B) Foi coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
C) Pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
D) Tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

Questão 74

Tendo como base unicamente o disposto na Lei nº 12.527/2011, todas as afirmativas a seguir estão corretas, à <u>exceção</u> de uma; assinale-a.

A) Informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
B) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no Art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
C) Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas.
D) No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de cinco dias, a contar de sua ciência. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de dez dias.

Questão 75

O Município deverá organizar sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano, dentro de um processo permanente, atendendo aos objetivos das diretrizes estabelecidas por meio do instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade. Tal documento trata-se de:

A) Plano Diretor.
B) Sistema de Planejamento.
C) Plano Orçamentário Municipal.
D) Plano Plurianual de Ação Governamental.

Questão 76

Considerando que a Lei Complementar nº 131/2009 altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos.
II. Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
III. Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

Com fulcro na Lei Complementar nº 131/2009, está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) III, apenas.

Questão 77

Joaquim, recentemente empossado em cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, buscou informar-se sobre seu estágio probatório e obteve as seguintes informações; analise-as.

I. Ficará sujeito a estágio probatório por período de vinte e quatro meses.
II. Seu chefe imediato informará a seu respeito, reservadamente, trinta dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos necessários.
III. Serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo os requisitos da assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; e, investigação de vida pregressa quando se tratar de cargo cuja função seja contabilidade financeira do município.
IV. Fica dispensado do estágio probatório o funcionário estável que for nomeado para outro cargo público municipal.

Das informações obtidas por Joaquim, está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) I e IV, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 78

O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Com base na Lei Municipal nº 5.247/1991, assinale a afirmativa correta.

A) Para defender o indiciado revel, o presidente da comissão designará um funcionário como defensor dativo, ocupante do cargo igual ou superior ao do indiciado, bacharel em direito.
B) Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão oficial da municipalidade, por três vezes, no prazo de cinco dias, para apresentar defesa a partir da última publicação do edital.
C) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá quarenta e cinco dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
D) Apreciada a defesa, a comissão elaborará uma portaria, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção. Tal documento será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do funcionário.

Questão 79

A Bento foram imputadas, comprovadamente, as seguintes faltas disciplinares:

1. Inassiduidade habitual.
2. Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
3. Revelação de segredo apropriado em razão do cargo.
4. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 5.247/1991, observada a ampla defesa e o contraditório, será aplicada a Bento a penalidade de:

A) Multa.
B) Demissão.
C) Suspensão.
D) Advertência.

Questão 80

Tendo em vista as competências municipais, analise as afirmativas a seguir.

I. Ordenar as atividades da guarda municipal destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme disposição legal.
II. Instituir regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, bem como planos de carreira.
III. Promover a proteção e a conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural (material e imaterial) local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
IV. Cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das crianças, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência.
V. Promover a erradicação da pobreza e dos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, e garantir cidadania para todos.
VI. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Considerando a Lei Orgânica do Município, são competências do Município de Campos dos Goytacazes, em comum com a União e o Estado, observadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar federal, o que se afirma apenas em

A) I, II e III.
B) II, III e IV.
C) IV, V e VI.
D) I, III, IV e VI.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Concurso Público. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos relacionados anteriormente.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio e nível superior, exceto para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, cuja prova consta de 80 (oitenta) questões de múltipla escolha.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

6. As provas terão duração de 4h (quatro horas) para todos os cargos, exceto para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, cuja duração será de 5h (cinco horas).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas devidamente assinado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum dos candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.